



Precatório não sacado em até dois anos poderá ser cancelado

Pelo menos 20% dos recursos deverão ser aplicados na educação e 5% na proteção a jovens ameaçados de morte

O Plenário aprovou ontem, por 44 votos a 23, projeto que possibilita o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais cujos valores não tenham sido sacados pelo credor há mais de dois anos. Os recursos resultantes ficarão à disposição da União e podem chegar a R\$ 8,6 bilhões, segundo o governo. O credor deverá ser comunicado e poderá apresentar novo ofício requerendo os valores. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

À mesa, Eunício Oliveira e Antonio Carlos Valadares acompanham votação de projeto do Executivo, aprovado sem emendas, que segue agora para sanção

Impacto da reforma trabalhista divide o Plenário

No primeiro dia de discussão em Plenário sobre a reforma trabalhista, senadores divergiram sobre os impactos da proposta. Parlamentares da oposição e peemedebistas contrários ao projeto afirmaram que as mudanças defendidas pelo governo precarizam o emprego e retiram

direitos do trabalhador. Os favoráveis argumentaram que a reforma é necessária para a economia e vai gerar empregos.

Até as 20h de ontem, o projeto, que volta a ser debatido em Plenário hoje, já havia recebido 177 emendas. A votação deve ser na terça-feira. **8**



Genaldo Mangel/Agência Senado

Lindbergh Farias, Romero Jucá, que é um dos relatores do projeto, e Dário Berger na sessão de discussão da reforma



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relatora da proposta na CCI, Ana Amélia elaborou substitutivo

Comissão aprova mudanças na escolha dos ministros do STF

Proposta de emenda à Constituição aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça muda o processo de escolha dos ministros do Supremo. O texto, que segue para o Plenário, institui uma lista tripartite e fixa mandato de dez anos de duração, sem recondução ao cargo. **7**

Avança fim de desoneração tributária

A comissão mista que analisa a medida provisória que acaba em parte com a política de desoneração tributária iniciada em 2011 aprovou ontem destaques ao texto. Os parlamentares incluíram novos setores que poderão manter o benefício. Entre eles, transporte rodoviário de cargas e máquinas agropecuárias. A MP segue agora para análise da Câmara. **6**

Comandantes criticam MP sobre Força Nacional

A medida provisória que permite a militares reservistas prestarem serviços à Força Nacional de Segurança Pública foi criticada ontem, em audiência, por comandantes das polícias e do corpo de bombeiros militares. Eles afirmam que as carreiras são muito diferentes, precisam de treinamento específico e que a inclusão fere o princípio do concurso público e desvaloriza carreiras. **5**

Deixar de assinar carteira de doméstico pode gerar multa **4**

Nove comissões aprovam emendas à LDO 2018 **5**

Projeto prorroga validade de saldo de internet móvel **4**

Senado estuda ampliar ações de transparência **2**

Leopoldo Silva/Agência Senado — 4/7/2017



Em reunião presidida por Elga Lopes (C), Angela Brandão (E) destacou que o Senado deve fomentar a transparência

Ato pode regulamentar transparência ativa na Casa

Proposta foi discutida em reunião do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado, na terça-feira. Ideia é divulgar dados por iniciativa da instituição, sem precisar de pedidos dos cidadãos

O CONSELHO DE Transparência e Controle Social do Senado reuniu-se na terça-feira para votar aprimoramentos no regimento interno do colegiado e analisar a proposta de ato para regulamentar na Casa a transparência ativa, que é a divulgação de dados por iniciativa da instituição, independentemente de requerimento do cidadão.

Vinculado à Presidência do Senado e presidido pela diretora da Secretaria da Transparência, Elga Lopes, o conselho discutiu também a pesquisa nacional do DataSenado sobre transparência pública, a ser realizada neste mês.

Elga fez uma retrospectiva da criação do conselho, em 2013. Ela explicou a proposta de ato que fixa procedimentos a serem observados pelo Senado na implementação da transparência ativa.

— Por meio do Portal da Transparência, as unidades administrativas provedoras de informação se responsabilizam pela totalidade, atualidade e exatidão dos dados fornecidos, designando servidores para atuar como gestores de transparência — explicou a diretora.

Os representantes da Transparência Brasil, Manoel Galdino, e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Jesus Chediak, ressaltaram

a importância de promover um rodízio dos conselheiros, além de uma maior presença de convidados sem direito a voto nas reuniões. A sugestão de incluir outras entidades da sociedade civil organizada no colegiado deve ser analisada no próximo encontro, previsto para outubro.

Seminário

Galdino apontou a necessidade de o regimento interno do conselho prever mecanismos de transparência na escolha de novos membros, a fim de que não haja dúvidas sobre os critérios.

Chediak propôs a realização de um seminário na sede da ABI, em até seis meses, com cientistas políticos, jornalistas, entidades da sociedade civil e servidores públicos para disseminar a ideia do conselho e das estruturas de transparência dos órgãos públicos. Na opinião dele, a transparência é o espelho institucional da sociedade.

Jovem Senador

A diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Angela Brandão, chamou a atenção para os instrumentos que o Senado possui que são capazes de promover o debate sobre transparência. Segundo a jornalista, os veículos de comunicação da Casa podem

produzir programas e reportagens especiais sobre o assunto. Quanto ao foco na formação política e na informação para jovens, Angela ressaltou o papel do Projeto Jovem Senador.

— Esse concurso de redação que faz os jovens escreverem sobre temas atuais e visitarem o Senado, apresentando sugestões que se transformam em projetos de lei, também já provocou a construção de um portal não apenas direcionado para as inscrições dos adolescentes, mas para educadores, com vídeos, materiais didáticos aprovados pelo Ministério da Educação e sugestões para debate em sala de aula — explicou a diretora.

Pesquisa

O coordenador do DataSenado, Marcos Ruben de Oliveira, anunciou para este mês a pesquisa O Cidadão e o Senado Federal, sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI).

O representante do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado, Guilherme Brandão, falou sobre o Índice de Transparência, desenvolvido pela Secretaria da Transparência.

— Duas organizações do DF aplicaram o índice na Câmara Legislativa, que obteve nível C em transparência. A instituição comprometeu-se em chegar ao nível A em seis meses — disse.

Papel do servidor público é tema de audiência hoje

A Comissão Senado do Futuro (CSF) vai debater hoje a importância do servidor público para o desenvolvimento nacional.

A audiência pública faz parte do ciclo proposto pelo presidente do colegiado, Hélio José (PMDB-DF), para discutir o futuro das carreiras de servidores públicos no Brasil, o que é necessário fazer para

valorizar os profissionais do Estado e qual o papel do funcionalismo público no futuro do país.

Foram convidados representantes de entidades sindicais de servidores de várias categorias, entre elas policiais civis, auditores-fiscais da Receita, do Poder Legislativo e da administração direta, fundacional, das autarquias,

empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal.

A audiência pública está marcada para as 18h e terá caráter interativo. Os cidadãos podem participar com comentários e perguntas aos senadores e aos convidados.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

MP sobre contratos do BNDES tem plano de trabalho aprovado

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 777/2017, que mudou o cálculo das taxas de juros para contratos do BNDES. A comissão homologou o requerimento do relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), de realização de duas audiências e uma reunião com representantes do BNDES.

O relator definiu o dia 1º de agosto como data para a apresentação do relatório. A votação será no dia 2. Ele prevê que o cronograma pode ser alterado em função de outras votações no Senado e na Câmara.

A MP cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), a ser usada como

referência para o custo de captação e para os contratos firmados pelo BNDES a partir de 1º de janeiro de 2018. A nova taxa substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do BNDES que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS-Pasep e do Fundo da Marinha Mercante.

A primeira audiência pública será quarta-feira, às 14h, e a segunda, na quinta-feira, às 9h. Para participar, serão convidados os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e o Banco Central. Por sugestão de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o presidente do Banco do Nordeste também deve ser convidado.



Deputado Betinho Gomes e senadores Lindbergh e Bezerra na reunião

Eunício recebe representantes do Sindicato dos Aeronautas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na terça-feira representantes do Sindicato Nacional dos Aeronautas para debater o projeto que regulamenta as atribuições dos profissionais da aviação (SCD 2/2017).

— Pedimos agilidade na tramitação. Já foi apresentado um requerimento de urgência — afirmou o presidente da entidade, Rodrigo Spader.

A proposta atualiza lei criada em 1984 e prevê novas regras para carga horária, remuneração mensal, contrato de trabalho e folgas. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com relatoria de Marta Suplicy (PMDB-SP).

— O presidente informou que deve colocar o texto para votação no Plenário semana que vem — disse Spader.

Da Assessoria da Presidência

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Trinidad e Tobago

9h Sabatina José Antonio Gomes Piras, indicado para embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

CDH Federalização da segurança

9h Audiência interativa sobre a federalização da segurança pública.

PLENÁRIO Reforma trabalhista

11h Discussão da reforma trabalhista.

CSF Servidor público

18h Audiência interativa sobre a importância do servidor público para o desenvolvimento nacional. Entre os convidados, representantes de sindicatos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Precatórios não sacados podem ser cancelados

Vai à sanção projeto que cancela precatório e requisição de pequeno valor não sacados pelo credor em dois anos. Recursos ficarão à disposição da União

POR 44 VOTOS a 23, o Plenário aprovou o projeto que possibilita o cancelamento de todos os precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais cujos valores não tenham sido sacados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial. Houve apenas uma abstenção e todas as emendas foram rejeitadas. Os recursos resultantes dos cancelamentos ficarão à disposição da União. A proposta (PLC 57/2017) segue para sanção presidencial.

De autoria do Poder Executivo, o projeto determina que o cancelamento de precatório ou RPV será feito mensalmente pela instituição financeira oficial que possuir o depósito, cujo montante será transferido para a Conta Única do Tesouro Nacional.

O projeto também determina que pelo menos 20% do total do montante cancelado deverá ser aplicado pela União “na manutenção e no desenvolvimento do ensino” e 5%, pelo menos, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Após o cancelamento do precatório ou da RPV, o credor deverá ser comunicado e poderá apresentar novo ofício requisitório para reaver seus valores não reivindicados anteriormente.

A proposta autoriza ainda o Poder Judiciário a contratar,



Jucá explica que, após cancelamento, credor será comunicado e poderá apresentar novo pedido para receber dinheiro

com dispensa de licitação, um banco público federal para fazer a gestão dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e de RPVs federais.

Impacto

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, os depósitos não sacados ficam parados por até dez anos ou mais. Com as novas regras, o ministro calcula em R\$ 8,6 bilhões o impacto positivo para o erário.

Levantamento do Conselho da Justiça Federal (CJF) aponta a existência de 493,3 mil contas bancárias com verbas de precatórios ou RPVs paradas. O Executivo alega que a manutenção desses valores representa “situação de ineficiência na utilização de recursos públicos”, mesmo argumento usado pelo relator do projeto em Plenário, Romero Jucá (PMDB-RR), que apresentou parecer em substituição às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o relator, a proposta foi baseada em um parecer elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e em uma resolução do Conselho da Justiça Federal (CJF). Em março, a AGU publicou uma portaria regulamentando a execução dos recursos parados nos bancos federais.

Jucá disse que o projeto não vai cancelar qualquer decisão judicial e que o credor não perderá o direito de receber seu dinheiro, bastando fazer novo requerimento após tomar ciência do cancelamento.

Confisco

A argumentação do relator não convenceu vários senadores, tanto da oposição quanto da base governista.

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA) discursaram contra a aprovação do projeto. Para elas, o governo quer apenas reforçar o caixa da União para tentar recompor as finanças públicas.

Lídice afirmou que a propos-

ta, que classificou de “sequestro”, acabará por ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF). Já Vanessa chamou a medida de “confisco” e disse que o governo federal vai “pegar um dinheiro que não é seu para fazer caixa”, o que ela considerou imoral, ilegal e inconstitucional.

— Isso sim é pedalada, é uma operação de crédito, que o governo é proibido de fazer.

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a iniciativa tem “constitucionalidade duvidosa” por atentar contra “direito líquido e certo”. Quanto à destinação de parte dos recursos para a educação, Ferraço classificou apenas como “um pretexto cívico para tentar justificar o injustificável”.

— O governo está tentando tirar água de pedra para tentar fechar suas contas. Estamos invadindo aquilo que está preservado pela Constituição.

Na avaliação de Lindbergh Farias (PT-RJ), o projeto é “uma invenção do governo para tentar ajudar na meta do

resultado primário”. Lindbergh também chamou a proposta de “apropriação indébita”:

— O governo quer se apropriar de R\$ 8,6 bilhões que não são seus, mas pertencem a muitas pessoas e empresas devido a decisões judiciais.

Otto Alencar (PSD-BA) pediu bom senso ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, para adiar a votação e permitir aos senadores um debate com mais profundidade.

Recursos ociosos

Já José Serra (PSDB-SP) e Simone Tebet (PMDB-MS) disseram que os precatórios e RPVs não sacados em dois anos são “recursos ociosos que poderão ser usados pelo governo” e 20% do montante irá obrigatoriamente para a educação.

— Esses recursos estão parados nos bancos e só os bancos estão ganhando com isso — disse Serra.

Ana Amélia (PP-RS) considerou “de extrema importância” a destinação de 20% dos recursos para a educação fundamental.

Precatórios são requisições expedidas pelo Judiciário para cobrar de estados, municípios ou União o pagamento de valores devidos a cidadãos após condenação judicial. RPVs são requisições feitas ao ente público para pagar quantia determinada, em virtude de uma decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita à pessoa vitoriosa receber o crédito da condenação, independentemente da expedição de precatório. Têm valor limitado de até 60 salários mínimos.

Recondução de indicado ao CNJ segue para Plenário

A vitaliciedade da magistratura eventualmente pode ser debatida pelo Congresso, mas, mesmo com a prerrogativa, um magistrado perde o cargo após sentença judicial definitiva, afirmou ontem o juiz federal Fernando Cezar Baptista de Mattos. Ele foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou sua recondução como membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ele recebeu 18 votos favoráveis e 1 contrário. O processo segue agora para o Plenário, com pedido de urgência.

O indicado tratou da questão da vitaliciedade ao responder ao senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do processo, sobre a ausência de regras que permitam tratamento mais efetivo para as questões disciplinares na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Ferraço disse que, de modo geral, a pena mais severa aplicada a juízes que cometam infrações

é a aposentadoria compulsória, considerada um “prêmio”.

O sabatinado esclareceu que, para um juiz perder o cargo, é preciso uma ação de improbidade administrativa ou uma ação criminal.

— Acho que, talvez, se fosse possível, [seria o caso de] indagar ao [agente público] legitimado para propor essa ação porque essa ação não é proposta — justificou.

O juiz informou também que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve enviar ao Congresso projeto para atualizar a Lei Orgânica da Magistratura.

Ferraço havia dito antes que o Congresso se encontra “tolhido” em relação a mudanças no estatuto, criado há 27 anos, já que a Constituição reserva ao STF a iniciativa de propor alterações a essa legislação. A Lei Orgânica define deveres e direitos dos magistrados.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) tratou dos pedidos de vista nos julgamentos dos

tribunais, que podem ter motivação procrastinatória. Mattos lembrou que o Código de Processo Civil determina a devolução dos processos em dez dias, exigência feita também em norma do CNJ.

Justiça alternativa

Mattos defendeu meios para tornar a Justiça mais rápida e eficaz, como a aplicação da Lei da Mediação e da Conciliação.

Segundo ele, o CNJ tratou da parte normativa e da estruturação dos centros e núcleos de conciliação e mediação nos tribunais e varas de Justiça.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse esperar que seja adotado o “contencioso administrativo”, que permita a solução de conflitos com órgãos públicos com valor de “coisa julgada”. Para reduzir o contencioso, afirmou Mattos, a esfera pública deve reconhecer a força das decisões repetitivas e abrir mão de demandas de baixo impacto econômico.

Sabatina de Raquel Dodge em comissão será na quarta-feira

A sabatina de Raquel Dodge, indicada pela Presidência da República para o cargo de procuradora-geral da República (PGR), foi marcada para quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No mesmo dia, a indicação deverá ser votada no Plenário.

O relatório sobre a indicação foi apresentado por Roberto Rocha (PSB-MA) na reunião de ontem da CCJ. O relator recomendou a aprovação, destacando o que chamou de “louvável trajetória” da indicada. Após a leitura do texto, o presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu vista coletiva.

Se a indicação for aprovada pela comissão e pelo Plenário, Raquel Dodge deverá ocupar o posto a partir de 18 de setembro, quando termina o mandato do atual procurador-geral, Rodrigo Janot.

O mandato é de dois anos.

Na argumentação da procuradora a respeito da sua indicação, Raquel Dodge lembra os 30 anos como membro do Ministério Público Federal (MPF), tanto na defesa dos direitos humanos quanto na área criminal. O fato de officiar desde 2008 em matéria criminal no Superior Tribunal de Justiça (STJ) também é citado em sua trajetória, o que, somados aos seus quatro anos coordenando a área no MPF, lhe concede “ampla experiência no combate à criminalidade”, diz. Raquel cita ainda sua atuação na operação que investigou Hildebrando Pascoal, acusado de chefiar esquadrão da morte, e na Operação Caixa de Pandora.

Ela menciona outras áreas nas quais atuou, como defesa da ordem econômica e eleitoral, dos índios, do meio ambiente e do consumidor.



Comissão de Assuntos Sociais na reunião de aprovação do projeto que busca reduzir informalidade no trabalho doméstico

Patrão que não assina carteira de doméstico poderá ter multa

Projeto aprovado em comissão determina taxa mínima de R\$ 805 para o empregador que descumprir lei. Texto, que vai ao Plenário, prevê isenção da multa a quem regularizar a situação espontaneamente

O PATRÃO QUE não assinar a carteira de trabalho do empregado doméstico poderá ser multado. É o que prevê projeto de lei do Senado aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que agora vai ao Plenário.

A proposta (PLS 771/2015), de Ana Amélia (PP-RS), estabelece multa de no mínimo R\$ 805 para os patrões que não assinarem as carteiras de trabalho dos empregados domésticos, incluindo faxineiras, babás, caseiros, motoristas e cuidadores de idosos. O projeto prevê, porém, a isenção do pagamento da penalida-

de para quem reconhecer espontaneamente o tempo de serviço do empregado, anotar na carteira de trabalho a data de admissão e o salário e recolher as contribuições previdenciárias devidas.

O relatório de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), apresentado por Humberto Costa (PT-PE), destaca o objetivo da proposta de desestimular a informalidade e pressionar o patrão a cumprir a lei. O texto ressalta que os fiscais do Trabalho não podem entrar na casa das pessoas. Por isso, sustenta o parecer, são tão corriqueiros os descumprimentos

da legislação trabalhista no setor.

“Não é incomum a Justiça do Trabalho se deparar com reclamações trabalhistas movidas por empregados que, mesmo laborando durante longos anos em prol de determinada família, nunca tiveram seu vínculo laboral formalizado, com o consequente recolhimento das contribuições previdenciárias e a proteção social daí oriunda”, argumenta o relator.

Segundo a legislação trabalhista, as multas arrecadadas não são destinadas aos trabalhadores e vão para a conta única do Tesouro Nacional.

Política Nacional de Saúde Bucal deve ser incluída no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 8/2017, que inclui o Programa Brasil Sorridente no Sistema Único de Saúde (SUS). O autor é Humberto Costa (PT-PE), que era ministro da Saúde na época da implantação. O objetivo é de que passe a ser uma política de Estado, inserida de forma explícita na legislação.

Criada em 2004, a Política Nacional de Saúde Bucal — Programa Brasil Sorridente estabelece uma série de ações para facilitar e ampliar o acesso da população ao tratamento odontológico gratuito por meio do SUS. O relator na CAS, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), lembrou que a política de saúde bucal conta com mais de mil centros de

especialidades odontológicas e atende mais de 80 milhões de pessoas.

O senador argumentou que o Brasil Sorridente representou um avanço no tratamento dentário da população mais pobre. Ele justificou que a iniciativa busca transformar o programa em uma política de Estado, para que a assistência não seja interrompida nas próximas administrações.

— A Política Nacional de Saúde Bucal não pode estar sujeita às variações conjunturais do cenário político nacional, estadual e municipal. Deve, portanto, ser alçada à condição de política de Estado — defendeu Randolfe.

A proposta aprovada pela CAS segue agora para a Câmara dos Deputados.



Autor, Humberto Costa era ministro da Saúde na implantação do programa



Otto Alencar, relator, sugeriu mudança no projeto original de Dário Berger

Usuário de internet móvel poderá usar saldo por dois meses a mais

Usuários de internet em telefonia móvel poderão ter o direito de acumular e usufruir, por até mais dois meses, o saldo que não foi consumido para o mês contratado. Projeto que abre a possibilidade foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 110/2017 é do senador Dário Berger (PMDB-SC) e foi relatado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). O texto segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

Para Dário, o projeto corrige uma injustiça:

— Se você usar menos que o contratado, não tem o que

you pagou reposto. Mas se você usa a mais, imediatamente tem o serviço cortado.

A proposta original prevê que o saldo não utilizado ficaria à disposição do consumidor por tempo indeterminado. No entanto, após reuniões com as operadoras, Otto sugeriu o prazo máximo de dois meses. Ele explicou que a mudança foi necessária para impedir que uma infinidade de saldos mínimos tivesse que ser administrada, diminuindo com isso a oferta de planos mais acessíveis.

O autor da proposta, Dário Berger, e os demais senadores concordaram com a mudança.

Revitalização da Bacia do Parnaíba terá debate

A revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, no Piauí, será tema de debate das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente (CMA). Requerimento de Regina Sousa (PT-PI) foi aprovado ontem na CDR.

Integra a bacia o conjunto dos recursos hídricos convergindo para a área banhada pelo Rio Parnaíba e seus afluentes. Essa é uma das 12 regiões hidrográficas do país e engloba Piauí, Maranhão e trechos do Ceará. Seu bioma varia da caatinga, passando pela floresta tropical, até a

vegetação litorânea.

Regina recordou que a Codelvasf é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e também do Parnaíba, mas a região acaba não recebendo a devida prioridade nas ações da companhia, em sua opinião.

— Aprovamos um projeto para a revitalização, o PLS 67/2017, nessa comissão. Precisamos debater como vai ser essa revitalização, sei que os recursos são poucos, mas o Rio Parnaíba está morrendo e a gente não vai esperar morrer para depois revitalizar.

Presidente da CDR, Fátima

Bezerra (PT-RN) também fez um relato sobre a Caravana das Águas, quando foram feitas visitas às obras de transposição do Eixo Norte do São Francisco, que estão paralisadas. A ideia é pressionar o governo por mais recursos às obras e para que o Judiciário analise mais rápido os recursos contra as licitações.

A senadora já anunciou o comparecimento à comissão do ministro da Integração Regional, Helder Barbalho, no dia 2 de agosto, quando apresentará dados mais concretos sobre a previsão de continuidade das obras.



Presidida por Fátima (D), comissão aprovou requerimento de Regina (2ª à esq.) para discutir situação do Rio Parnaíba

Comandantes desaprovam reservista na Força Nacional

Para polícias militares e corpo de bombeiros, falta treinamento específico para que militares na reserva, sem concurso, integrem a Força Nacional de Segurança Pública, como previsto em medida provisória

COMANDANTES DAS POLÍCIAS militares e do corpo de bombeiros criticaram ontem a possibilidade de militares reservistas prestarem serviços à Força Nacional de Segurança Pública. A proposta está prevista na MP 781/2017 e foi discutida em audiência pública da comissão mista destinada a analisar a medida.

A MP prevê que poderão trabalhar em segurança pública de corporações estaduais os militares da União que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, inclusive temporários que tenham sido admitidos e incorporados por prazo limitado para integrar quadros auxiliares ou complementares de oficiais ou praças.

O presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, coronel Marco Antônio Nunes de Oliveira, destacou que a proposta vai na contramão do constante esforço de melhoria da qualificação

e formação para que policiais e bombeiros entreguem um melhor serviço à sociedade.

Oliveira ressaltou que, em qualquer instituição pública, o ideal é que o ingresso seja feito mediante concurso público e que a inclusão desses militares temporários seria ruim para as corporações.

Qualificação

O coronel defendeu uma seleção onde os melhores possam ser escolhidos para “a importante função de entregar segurança pública, vida e integridade à sociedade brasileira”.

— A inclusão de forma abrupta, além de ferir o princípio do concurso público, vai prejudicar a carreira dos policiais, principalmente da formação. Devemos respeitar as diferenças das carreiras.

O presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, Marlon Jorge Teza também criticou a MP e disse que não há como um civil se tornar

policial militar sem concurso público. Segundo ele, a MP pode resolver o problema do efetivo, mas não atende a demanda da sociedade que deveria ser o alvo principal da mudança. Teza destacou que a sociedade não aprovaria uma pessoa que não teve preparo específico exercendo as mesmas funções que policiais ou bombeiros militares.

— A atividade policial é complexa. Não se pode pegar alguém que foi preparado para outra coisa, com todo respeito às Forças Armadas. Estamos com um esforço muito grande no Brasil para que melhoremos nosso serviço para sociedade. O viés mais interessante é aumentar a qualificação — disse.

O diretor do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, Joviano Conceição Lima, ressaltou que a dificuldade de conseguir efetivos das polícias militares para compor a Força Nacional é um dos motivos que levou à edição da MP.



Marlon Jorge Teza, deputado Victor Mendes, senador Ivo Cassol, Joviano Lima e coronel Marco Antônio Nunes de Oliveira

Projeto permite deduzir no IR doações para escolas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto de lei que cria o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita (Pronie). O objetivo da proposta (PLS 198/2013) é autorizar cidadãos e empresas a deduzirem no Imposto de Renda doações feitas a escolas de educação básica. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois, em decisão final, para a Comissão de Educação (CE).

Do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), o projeto busca incentivar a doação de recursos privados que sirvam para ampliar os investimentos e melhorar a qualidade da educação na rede pública e nas escolas privadas sem fins lucrativos. O texto recebeu parecer favorável do relator, Ivo Cassol (PP-RO).

Pessoas físicas e jurídicas poderão fazer doações ou patrocinar projetos de institui-

ções de ensino gratuito para melhoria da educação escolar básica, construção, ampliação ou reforma de escolas, aquisição de equipamentos e materiais didáticos ou atualização e aperfeiçoamento de profissionais da educação.

Limites

Pessoas físicas poderão deduzir até 100% do valor doado, limitado a 6% do IR devido. Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir até 100%, observado o limite de até 4% do IR devido. Entretanto, as pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL). Já as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido poderão deduzir 50% das doações efetuadas. Não serão dedutíveis doa-

ções a instituições privadas sem fins lucrativos que tenham em seu corpo diretor “pessoa física vinculada ao doador ou patrocinador”.

O autor do projeto lembra que a Constituição determina que a educação, além de ser um direito de todos, é dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. “A grande vantagem do mecanismo é a oportunidade de uma colaboração direta de pessoas e empresas a demandas objetivas de escolas públicas e comunitárias gratuitas de sua comunidade, estreitando os laços de cidadania”, diz Blairo na justificativa do projeto.

Para Cassol, o mérito da proposta é inegável, pois o Estado deve oferecer instrumentos que facilitem o financiamento privado da educação, “tanto das instituições públicas quanto das instituições privadas sem fins lucrativos”.

Comissões aprovam emendas ao projeto da LDO de 2018

Sete comissões do Senado e duas mistas aprovaram ontem emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018.

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou duas emendas ao projeto. A primeira visa apoiar até 500 projetos de infraestrutura turística e a segunda fixa a meta de implantação de 400 obras de infraestrutura hídrica para oferta de água. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), analisou 75 sugestões e priorizou as relacionadas à questão hídrica e com mais apoios.

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acatou propostas de vários senadores e fundiu em duas emendas de meta, uma delas para estruturar a Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde e a outra para a Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

Segundo o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS) foi tarefa difícil a escolha pelo fato de o colegiado ter recebido número grande de propostas para inclusão ou acréscimo de metas ao projeto da LDO — 160 dessa espécie, além de 10 de texto.

Constituição e Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou duas emendas de meta, uma para o fortalecimento da segurança pública e outra para o combate às drogas.

A ação em segurança pública foi escolhida pelo relator, Wilder Moraes (PP-GO), fundindo sugestões de Waldemir Moka, Valdir Raupp (PMDB-RO), Lídice da Mata (PSB-BA), Randolfe Rodrigues (REDE-AP), Simone Tebet (PMDB-MS) e Acir Gurcacz (PDT-RO).

A emenda sobre drogas foi composta pelo relator com a fusão de sugestões de Moka, Lídice, Randolfe, Simone, Armando Monteiro (PTB-PE) e Gurcacz.

Educação e Esporte

Na Comissão de Educação (CE), o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), propôs e o colegiado acatou uma emenda de autoria também de vários senadores. A proposta visa à expansão de instituições federais de educação profissional e tecnológica. A segunda emenda de meta, direcionada à educação básica, resultou da fusão de quatro propostas.

Violência à mulher

As duas emendas da Comissão Mista de Combate

à Violência Contra a Mulher à LDO 2018 se destinaram a ações de atendimento de mulheres em situação de violência e à construção da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres na regiões de fronteira seca.

A relatora na comissão foi a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA).

Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas acolheu duas emendas, atendendo ao parecer do senador Jorge Viana (PT-AC), que fortalecem o Acordo de Paris. A primeira contempla ações para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e a segunda reforça a prevenção e o controle do desmatamento no país.

Transparência

As emendas aprovadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor são direcionadas à gestão educacional e a atividades pedagógicas.

O relator e presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que a CTFC recebeu apenas três emendas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades e todas estavam relacionadas à educação básica. Como só podia escolher duas, o senador disse que priorizou as que não restringiam o objetivo do auxílio apenas à infraestrutura.

— Considero que a educação é obra essencialmente humana, cujo sucesso depende essencialmente de pessoas, treinamento e gestão, muito mais importante do que qualquer equipamento — disse o senador.

Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou as duas sugestões de inclusão de metas a que tem direito na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. As emendas priorizam o desenvolvimento tecnológico da Marinha e a implantação da infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga.

Infraestrutura

Na Comissão de Infraestrutura (CI), as emendas de meta aprovadas têm por objetivo o fortalecimento da infraestrutura de aeroportos regionais e a construção de trecho rodoviário em Manaus, na BR-319.

Acir Gurcacz foi o relator na comissão.

Fim de desoneração tributária vai à Câmara

Comissão mista aprovou ontem destaques à MP que permitiram a setores como o de transporte rodoviário de cargas e máquinas agropecuárias manter o benefício

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória (MP) 774/2017 concluiu ontem a votação do texto, que segue agora para o Plenário da Câmara dos Deputados para depois passar pelo Senado. O texto principal já havia sido aprovado, mas os destaques ficaram pendentes.

A MP acaba em parte com a desoneração tributária adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff, quando a contribuição previdenciária patronal era baseada na receita bruta da empresa, restabelecendo o recolhimento obrigatório sobre a folha de pagamento.

Alguns setores da economia, no entanto, foram excluídos da MP e tiveram benefícios mantidos, como transportes de passageiros (rodoviário, ferroviário e metroviário), construção civil e comunicação. Na votação dos destaques ontem, foram beneficiados também transporte rodoviário de cargas (emenda 8), máquinas e equipamentos industriais e agropecuários (emenda 13) e fabricantes de ônibus e carrocerias de ônibus (emenda 11).

Antes disso, o relator, senador Airton Sandoval (PMDB-SP), já havia determinado que poderão continuar recolhendo a contribuição social com base na receita bruta as empresas



Relator da comissão, senador Airton Sandoval; e presidente, deputado Pedro Vilela, na reunião que aprovou o parecer

das áreas de tecnologia da informação, transporte coletivo de passageiros, comunicação, telesserviço (*call centers*); projetos de circuitos integrados, couro, calçado, confecção e vestuário, além de empresas estratégicas de defesa.

Pressão

Outra emenda acolhida pelo relator e aprovada, a de número 50, diz respeito a condicionantes para que as empresas mantenham seu benefício, como evitar a alta rotatividade de mão de obra e reduzir a taxa média de acidentados de trabalho.

Diante das reivindicações de vários setores, o relator disse acreditar que a fase mais difícil da tramitação da MP ficou para trás. Ele admitiu, no entanto, que podem ocorrer novas mudanças, com a inclusão de outros beneficiários, como o setor têxtil.

— O mais difícil passou, pois na comissão se cria uma ideia do que é possível e do que é justo. Quando vai ao Plenário, pode haver modificação, mas já existe ao menos um entendimento mínimo que cria um parâmetro do que pode ou não ser alterado — afirmou.

Conforme o texto aprovado,

o fim da desoneração passa a valer para janeiro de 2018. A contribuição previdenciária sobre a receita bruta é instrumento de desoneração da folha de pagamento adotada pelo Brasil a partir de 2011 com o propósito inicial de aumentar a competitividade de alguns setores específicos da economia. Todavia, seu alcance foi sendo ampliado com o passar do tempo, chegando a 56 atividades econômicas.

Debates

Na fase de debates, o deputado Pepe Vargas (PT-RS) lamentou o que ele considera

uma incoerência no texto aprovado. Ele lembrou que a MP visa principalmente preservar setores com alta concorrência externa e intensivos em mão de obra. No entanto, empresas que se encaixam nesse perfil ficaram de fora da desoneração em detrimento de outros ramos de atividade.

— A indústria moveleira, por exemplo, não teve seu benefício mantido. Já empresas de TV e jornalísticas continuarão sendo beneficiadas. Incluir os meios de comunicação é tentar fazer um agrado achando que o setor vai dar uma colher de chá ao governo — criticou.

O senador Lasier Martins (PDT-RS), que é jornalista, rebateu o argumento, alegando que a comunicação vive a maior crise dos últimos 40 anos, com jornais fechando e com emissoras de rádio e TV em dificuldades financeiras.

— As redes sociais afastaram anunciantes e não podemos enfraquecer a mídia no Brasil, que é muito importante para a democracia. Só lamento que o setor de móveis não tenha sido contemplado, mas vamos batalhar no Plenário — afirmou.

O colegiado, presidido pelo deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), fez uma audiência sobre o tema, quando empresários previram demissões, caso as desonerações fossem revistas.

Gleisi diz que Aécio deveria pedir desculpas ao PT

Gleisi Hoffmann (PT-PR) considerou correta a decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), de revogar o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato. Aécio estava afastado por decisão do ministro Edson Fachin, também do STF. Gleisi, porém, cobrou desculpas públicas por declarações de Aécio contra o PT, Lula e o ex-tesoureiro João Vaccari.

Aécio, disse ela, chamou o PT de “organização criminosa”, não respeitou a presunção de inocência de petistas e agora pede que se respeite a presunção de inocência em seu favor.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Pimentel, Lava Jato quer tirar Lula das eleições

José Pimentel (PT-CE) disse, na terça-feira, que os responsáveis pela Lava Jato estão envolvidos em um “esforço absurdo” e “gastam o tempo e o dinheiro do contribuinte” em uma “cruzada implacável e sem provas” contra o ex-presidente Lula, para retirá-lo da corrida eleitoral de 2018.

— Essa acusação fantasiosa ataca frontalmente o Estado democrático de direito criando uma situação absurda para pura e simplesmente buscar a culpa onde ela não existe — afirmou o senador, ao se referir ao processo contra o ex-presidente sobre a propriedade do apartamento triplex no Guarujá.



Roque de Sá/Agência Senado

Wilder destaca retomada da economia brasileira

Wilder Moraes (PP-GO) destacou na terça-feira indicadores que, disse, demonstram a recuperação econômica do país. De acordo com o IBGE, a produção industrial fechou maio com crescimento de 0,8% frente a abril. Em relação a 2016, o avanço foi de 4%.

Wilder citou o resultado da balança comercial. Segundo o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, houve superavit de US\$ 36,2 bilhões de janeiro a junho deste ano. É o melhor resultado para o primeiro semestre em 29 anos.

— A economia dá sinais de reação. O que o governo precisa é de paz para trabalhar.



Roque de Sá/Agência Senado

Lopes elogia relatório sobre políticas antidrogas

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse, na terça-feira, que relatório recente da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o uso de drogas no mundo pode ajudar o Brasil a aprimorar as políticas públicas para usuários de drogas.

Uma discussão “sensata e progressista” sobre o uso de drogas, disse, deve contar com as mais diversas opiniões, além do aporte de especialistas de outros países para que melhores soluções sejam testadas e implementadas.

— A experiência de outros países pode lançar luzes para que possamos nos dedicar à recuperação de dependentes — afirmou o senador.



Roque de Sá/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Mudança na escolha de ministro do Supremo segue para decisão final

Pela proposta, mandato terá duração de 10 anos e escolha do presidente será feita a partir de lista tríplex elaborada por colegiado

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que modifica o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre as mudanças, estão a instituição de lista tríplex, a fixação de mandato de dez anos de duração e a proibição de recondução ao cargo. A PEC segue para votação no Plenário do Senado.

O texto aprovado é um substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) à PEC 44/2012, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que tramita com outras 11 propostas.

Assim como previsto na PEC 44/2012, o substitutivo mantém o processo de nomeação dos ministros do STF pelo presidente da República, a partir de uma lista tríplex. A elaboração dessa lista, no entanto, é delegada a um colegiado composto pelos presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ainda pelo procurador-geral da República e pelo defensor público-geral federal.

Esse colegiado terá a missão de elaborar a lista tríplex no prazo de um mês da abertura de vaga no STF. Fica de fora dessa indicação quem, nos quatro anos anteriores, exerceu mandato eletivo federal ou cargo de procurador-geral da República, advogado-geral da União e ministro. O substitutivo também criou um novo pré-requisito para indicação: comprovação de 15 anos de atividade jurídica.

O presidente da República terá de comunicar sua escolha ao presidente do Senado no prazo de um mês do recebimento da lista tríplex. O indicado deverá ter seu nome aprovado pela maioria absoluta dos senadores. Depois de deixar a função, os ministros do Supremo ficarão inelegíveis para qualquer cargo até cinco anos após o término do mandato.

“O tema é oportuno. É sabido que



Relatora, Ana Amélia defendeu aprovação na forma de substitutivo ao texto de Cristovam Buarque

há dificuldade, na prática, de garantir à sociedade que a impessoalidade ocorra, sobretudo quando se fala da forma de indicação dos ministros do STF, feita hoje de forma discricionária pelo presidente da República”, afirma Ana Amélia no parecer.

A necessidade de aprimoramento do processo também é levantada por Cristovam na justificação da proposta. Ele avalia que a atual sistemática sofre de “excessiva personalização”, com a escolha unipessoal dos ministros do STF pelo presidente da República. Por isso, considera necessário buscar “eliminar a contaminação política e conferir maior qualificação e equilíbrio às designações de juízes da Suprema Corte”.

Emendas

O substitutivo de Ana Amélia absorveu ainda duas emendas apresentadas à PEC 35/2015, de autoria do senador Lasier Martins (PSD-RS) e que também tramita em conjunto com a PEC 44/2012. Uma delas, apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acrescentou o defensor público-geral federal no colegiado encarregado de montar a lista tríplex para o STF. Cristovam sugeriu a outra emenda, que proíbe a indicação de

quem ocupou mandato eletivo federal ou cargos de procurador-geral da República, advogado-geral da União e ministro nos quatro anos anteriores à abertura da vaga na Suprema Corte.

Ana Amélia acatou também emenda de Simone Tebet (PMDB-MS) à PEC 44/2012 para alterar a composição do colegiado responsável pela lista tríplex. O número de integrantes foi reduzido de oito para sete, sendo excluído o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Simone sugeriu a mudança visando ao equilíbrio, de modo a evitar que o STF tenha dois votos no colegiado, uma vez que o presidente do TSE é um ministro do Supremo.

Na discussão da proposta, Lasier, Edison Lobão (PMDB-MA), que é presidente da CCJ, Magno Malta (PR-ES) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) ressaltaram a importância da aprovação de mudança no processo de escolha dos ministros do STF, impulsionada, como destacaram, por apelos indignados e recorrentes da sociedade.

Ana Amélia defendeu a aprovação, na forma de substitutivo, da PEC 44/2012, por ser a mais antiga em tramitação, e recomendou que sejam declaradas prejudicadas as demais propostas correlatas que tramitavam em conjunto.

Recurso especial no STJ pode ter requisitos de admissibilidade

Proposta de emenda à Constituição que estabelece requisitos de admissibilidade de recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC 10/2017, de Rose de Freitas (PMDB-ES), tramita em conjunto com a PEC 17/2013, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e que busca regular a mesma situação. As propostas tiveram relatoria ad hoc de Benedito de Lira (PP-AL).

A PEC 10/2017 impõe a quem recorre a obrigação de demonstrar a relevância do aspecto de direito infraconstitucional discutido na ação judicial. A admissibilidade do recurso só poderia ser recusada pela manifestação de dois terços do órgão competente para julgá-lo.

“Entendemos adequado que o órgão competente para a análise de mérito do recurso especial faça o juízo da admissibilidade da relevância das questões de direito federal presentes na demanda”, considera Benedito de Lira no parecer.

Em defesa da PEC 10/2017, Rose de Freitas observa que “as alterações propostas serão de grande relevância ao bom funcionamento do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que permitirá uma atuação mais célere e eficiente às muitas e importantes questões de direito federal que lhes são apresentadas”.

O relator acatou emenda de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que torna mais clara a exigência de que a lei defina os critérios e o procedimento para demonstração da relevância da questão infraconstitucional no âmbito do STJ.

A diferença fundamental entre a PEC 10/2017 e a PEC 17/2013, assinalada pelo relator, está no fato de a primeira manter o exame de admissibilidade do recurso especial na mesma instância do STJ encarregada de julgar seu mérito, enquanto a segunda dirigir a análise de admissibilidade à Corte Especial do STJ. Benedito optou por rejeitar a PEC 17/2013 por entender que o exame do recurso especial por instâncias distintas dentro do mesmo tribunal contribuiria para uma “enorme perda de eficiência” nesse processo.

“Entendemos que o requisito relevância das questões de direito federal infraconstitucional para fins de admissibilidade do recurso especial contribuirá para a criação de um sistema recursal mais justo e equilibrado, que contemple a racionalização da apreciação dos recursos, permitindo que o STJ reassuma sua função constitucional, mas que promova também a segurança jurídica e a duração razoável dos processos, atendendo ao clamor da sociedade por Justiça”, afirma o relator.

Benedito frisou que os requisitos de relevância para admissibilidade de recurso especial no STJ dependerão de regulamentação por lei ordinária para aplicação da medida. Depois de passar pela CCJ, a PEC 10/2017 será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado

Viana quer solução para conflito em reserva extrativista no Acre

Jorge Viana (PT-AC) alertou na terça-feira sobre um conflito por posse de terras na Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri (AC). Segundo ele, posseiros que ocupam terras há várias décadas estão sendo ameaçados por proprietários interessados em abrir áreas para produção agrícola.

Uma reintegração de posse foi determinada por liminar, mas o juiz Luis Gustavo Alcalde reverteu a decisão e marcou audiência para 18 de agosto.

— A proposta que tínhamos era procurar o Ministério Público, mas acho que a atitude do juiz nos dá tranquilidade.



Jefferson Rucy/Agência Senado

Rose de Freitas pede mais investimentos e vagas em creches

Rose de Freitas (PMDB-ES) chamou a atenção na terça-feira para a dificuldade que as famílias encontram para conseguir vagas em creches. De acordo com a senadora, números do IBGE apontam que apenas 25% das crianças com menos de 4 anos estavam matriculadas em creches em 2015.

Para a senadora, falta efetividade nas políticas públicas para a primeira infância. Ela disse que é preciso aumentar os investimentos em creches para que sejam cumpridas as metas previstas no Plano Nacional de Educação e para que a Constituição seja cumprida e o direito à creche passe, de fato, a existir.



Roque de Sá/Agência Senado

Benedito critica falta de opções de voos para Norte e Nordeste

Benedito de Lira (PP-AL) criticou na terça-feira a falta de oferta de voos para as Regiões Norte e Nordeste do país. Para ele, as populações dessas regiões acabam sendo mais afetadas.

— Muitas capitais têm pouca ligação com Brasília, fazendo-se necessário um número interminável de conexões.

Segundo Benedito, as rotas que ligam o Norte e o Nordeste à capital do país operam em horários inconvenientes e as passagens são muito caras. O senador lamentou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) “concorde” com essa situação e pediu às empresas que ofertem horários mais flexíveis.



Roque de Sá/Agência Senado

Reforma trabalhista divide opiniões no Plenário

No primeiro dia de discussão sobre o texto, senadores contrários afirmaram que mudança precariza o emprego, enquanto favoráveis sustentaram que ela é necessária para a recuperação da economia

A REFORMA TRABALHISTA proposta pelo governo dividiu opiniões no primeiro dia de discussão em Plenário, ontem. Os senadores apontaram os principais impactos do projeto (PLC 38/2017). Foram quatro horas de pronunciamento com 25 oradores inscritos. A proposta também será discutida hoje e deve ser votada na terça-feira.

A estratégia da oposição é levar a discussão até o último minuto para tentar alterar o texto e mandar de volta para a análise dos deputados. Os líderes contrários ao projeto voltaram a apontar a precarização do emprego e a retirada de direitos do trabalhador como consequências da reforma, que atenderia somente os interesses do empresariado.

Entre os senadores favoráveis à proposta, o entendimento é de que o projeto foi amplamente debatido e atende as necessidades econômicas do país, com a geração de empregos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto altera mais de 100 artigos da Consolidação as Leis do Trabalho (CLT). Entre as mudanças,

o texto cria modalidades de contratação como a do trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, além de estabelecer o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

No Senado, a proposta passou pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ) e ganhou urgência para análise em Plenário.

Subempregos

Senadores de oposição como Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), João Capiberibe (PSB-AP), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), José Pimentel (PT-CE) e Regina Sousa (PT-PI) destacaram a perspectiva da criação de subempregos, de contratos parciais e da redução de salário, com o aprofundamento da crise, contra a promessa do governo da geração de novos postos de trabalho.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionou a credibilidade do presidente Michel Temer, denunciado pela Procuradoria-Geral da República



Senadores se manifestam sobre proposta no primeiro dia de discussões em Plenário, que volta a debater o assunto hoje

por corrupção passiva, para propor essa reforma.

Na opinião de Paulo Paim (PT-RS), fazer prevalecer o negociado sobre o legislado é inconstitucional e fere a convenção de que o Brasil é signatário na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— O Brasil vai inventar outra vez? Vai dizer para negociar o que está na CLT? E inclusive o que está como recomendação na própria Constituição, o que é ilegal, é imoral, é desonesto? Fere, sim, embora alguns digam que não, 13º, férias, horas extras, Fundo de Garantia — afirmou.

Também se pronunciaram peemedebistas contrários à proposta do governo, como os senadores Eduardo Braga (AM) e Roberto Requião (PR). Apesar de enfatizar a necessidade de modernização das relações de trabalho, Braga criticou a “pressa” na tramitação da proposta. Ele defendeu a retirada dos itens acrescentados ao texto pelos deputados.

Requião criticou a chamada “pejotização”, previsão de que trabalhadores podem ser contratados como pessoas jurídicas.

— Os empregadores não perderão tempo em trocar empregados celetistas por trabalhadores autônomos não registrados na CLT. Em situação de depressão, uma depressão jamais vista no Brasil, com a precarização do mercado de trabalho, a troca será inevitável — lamentou o senador, que criticou ainda a possibilidade de contratos de trabalho intermitente, o que poderia gerar uma dificuldade para que trabalhadores atinjam o tempo para se aposentar.

Caminho certo

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que relatou o texto em duas comissões, disse ter a certeza de que aprovar a reforma é o caminho certo. O senador pediu aos colegas que analisem o texto sem se concentrar na sua posição ideológica, mas no que é “melhor para o país”.

— Se estamos com quase 14

milhões de pessoas desempregadas, não é por acaso. Fica fácil de perceber que a grande maioria daqueles que estão contra o aperfeiçoamento das leis trabalhistas foram exatamente os mesmos que apoiaram, que lideraram o desastre econômico de elevadíssimas repercussões sociais nos últimos anos — argumentou.

José Agripino (DEM-RN) citou os 3,9 milhões de ações trabalhistas em curso no Brasil, que, segundo ele, são geradas pela insegurança jurídica que a reforma busca corrigir.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) defendeu a alteração do texto pelo Senado para a retirada de itens polêmicos — como o trabalho de gestante e lactante em local insalubre — e o retorno do texto para a Câmara dos Deputados. Entretanto, ele entende que há “avanços importantes que merecem e devem ser celebrados” na reforma.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ressaltou o acordo para aprovar as medidas na íntegra, com o compromisso do presidente Michel Temer de vetar depois alguns dispositivos.

— As alterações que se pretendem configuram pontos centrais da recomposição econômica, manifestos desde o início da atual gestão. Nós do PMDB reputamos necessária a reforma e temos nos esforçado para aperfeiçoar seus critérios pelo adensamento do debate parlamentar — disse.

Projeto já recebeu 177 emendas e pode ganhar mais hoje

Até as 20h de ontem, os senadores haviam apresentado 177 emendas à reforma trabalhista no Plenário. O prazo para sugerir mudanças no PLC 38/2017 vai até o encerramento da discussão, previsto para hoje.

Paulo Paim sugere a rejeição de um dos pilares da reforma: a prevalência do negociado sobre o legislado.

— A restrição ou supressão de direitos por meio de negociação implica flagrante inconstitucionalidade.

Paulo Rocha (PT-PA) propôs que o negociado só prevaleça sobre o legislado quando beneficiar o trabalhador.

Vanessa Grazziotin foi quem mais apresentou emendas: 44. Ela quer incluir um parágrafo para evitar que as empresas troquem funcionários fixos por temporários. O padrão teria que manter, nas duas modalidades de contratação, a mesma quantidade de trabalhadores existente em dezembro de 2016.

— A adoção indiscriminada do contrato de trabalho temporário levará à demissão de trabalhadores contratados em regime integral e à substituição deles por temporários, que terão jornada considerável com salário inferior e me-

nos benefícios — argumenta.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), quer impedir que a jornada de 12 horas de trabalho ininterrupto por 36 de descanso seja estendida a todas as profissões.

— A jornada 12x36 pode trazer imensos riscos à saúde e à segurança do trabalhador, potencializando a ocorrência de acidentes e adoecimento.

Humberto Costa (PT-PE) sugere a supressão do artigo sobre contrato intermitente, em que o empregado só recebe remuneração pelas horas efetivamente trabalhadas.

— Isso [o contrato intermitente] ocasionará diversas incertezas: desde a dificuldade em organizar a rotina até a inexistência de um valor mínimo mensal a ser recebido.

Cristovam Buarque (PPS-DF) sugere a redução gradual da contribuição sindical em quatro anos. Pelo texto da reforma, seria imediata.

Kátia Abreu (PMDB-TO) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) querem impedir que gestantes trabalhem em locais considerados insalubres, mesmo que autorizadas por um médico.

— Isso coloca em risco não só a saúde da mãe, mas também da criança — disse Gleisi.

A legislação permite que o

Judiciário reveja o mérito de acordos e convenções coletivas, se constatar que houve prejuízo para uma das partes. Eduardo Braga critica artigo da reforma que restringe a atuação do juiz a aspectos meramente formais.

— Cabe ao Judiciário, por determinação constitucional, verificar se a negociação coletiva atinge ou não o escopo para o qual foi criada.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer manter na legislação o pagamento de hora extra para o tempo de deslocamento do trabalhador para a empresa. A reforma acaba com a chamada hora in itinere.

Destaques

A votação da reforma está prevista para terça-feira. Depois de decidir sobre o texto principal, os senadores votam as emendas, que podem ser analisadas todas de uma vez.

Cada senador pode pedir que uma ou mais emendas sejam analisadas individualmente. Para isso, o Plenário precisa aprovar um requerimento para cada destaque.

Já as emendas de bancadas são obrigatoriamente votadas em separado. O número de destaques varia com o tamanho de cada bancada.



tem legitimidade para apresentá-la.

Paim lamentou a tramitação em regime de urgência e cobrou uma análise apurada do texto, sob pena de o Senado abrir mão do papel de legislar.

— O Senado deu uma de Pôncio Pilatos: “Não sei, não li, não vi, mas voto a favor”.